

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	19
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	21
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	23
2.5 Medições não contábeis	25
2.6 Eventos subsequentes as DFs	30
2.7 Destinação de resultados	31
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	32
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	33
2.10 Planos de negócios	34
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	37
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	38
5.2 Descrição dos controles internos	44
5.3 Programa de integridade	45
5.4 Alterações significativas	48
5.5 Outras informações relevantes	49

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 deste Formulário de Referência são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As informações financeiras constantes neste item 2 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, e suas respectivas notas explicativas, disponíveis em nosso website de Relações com Investidores (ri.mills.com.br) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). As informações neste item 2, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional.

Os termos “AH” e “AV”, constantes das colunas de determinadas tabelas no item 2, em geral, significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

(a) Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A seguir, apresentamos as informações sobre a nossa estrutura financeira e patrimonial nos períodos indicados abaixo:

Em R\$ Milhões	Em 31 de dezembro		Análise Horizontal
	2023	2022	2023 vs 2022
Patrimônio Líquido	1.461,6	1.239,4	17,9%
Imobilizado	1.238,8	912,6	35,7%
Ativo Circulante	1.015,3	1.182,0	-12,7%
Caixa e equivalentes de caixa	546,9	780,1	-29,9%
Depósitos bancários vinculados	9,5	16,0	-40,6%
Contas a Receber	319,8	247,1	29,4%
Passivo Circulante	387,2	416,9	-7,1%
Dívida Bruta	911,1	884,6	3,0%
Dívida Líquida	354,7	88,5	300,9%
EBITDA Ajustado LTM*	689,7	512,5	34,6%
Dívida Líquida / Ebitda Ajustado LTM*	0,5	0,2	215,4%
Índice de Liquidez Corrente (i)	2,7	2,8	-6,0%
Índice de Liquidez Imediata (ii)	1,4	1,9	-24,7%
Índice de Liquidez Seca (iii)	2,3	2,5	-9,6%

(i) A Liquidez Corrente é um indicador definido como a divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

(ii) A Liquidez Imediata é um indicador definido como a divisão do Caixa e equivalente de caixa pelo Passivo Circulante.

(iii) A Liquidez Seca é um indicador definido como soma do Caixa e Equivalente de Caixa mais Contas a Receber, dividida pelo Passivo Circulante.

* Excluindo as despesas não recorrentes e resultado de vendas. LTM – Last twelve months (últimos doze meses).

A Diretoria da Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023, o ativo circulante da Companhia era de R\$1.015,3 milhões, e era superior em R\$628,1 milhões ao passivo circulante, que era de R\$ 387,2 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 2,7x. Em 31 de dezembro de 2022, o ativo circulante da Companhia era de R\$1.182,0 milhões, e era superior em R\$ 765,1 milhões ao passivo circulante, que era de R\$416,9 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 2,8x.

Em 31 de dezembro de 2023, o caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$546,9 milhões, e era superior em R\$159,7 milhões ao passivo circulante, que era de R\$ 387,2 milhões, representando um índice de liquidez imediata de 1,4x. Em 31 de dezembro de 2022, o caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$780,1 milhões, e era superior em R\$ 363,2 milhões ao passivo circulante, que era de R\$416,9 milhões, representando um índice de liquidez imediata de 1,9x.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Dívida Líquida sobre EBITDA Ajustado (LTM) era de 0,5x e 0,2x, respectivamente. Essa variação é reflexo principalmente da aprovação da contratação de empréstimos, em moeda estrangeira (dólar), no valor correspondente a R\$ 100,0 milhões, assim como a operação de hedge em função do empréstimo ocorrer via moeda estrangeira, para proteção da Companhia contra a exposição por flutuação cambial e taxa.

(b) Comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas e necessidades das operações e continuar executando seu plano de crescimento, seja por meio de expansão orgânica ou da realização de novas aquisições, uma vez que financia suas operações por meio de capital próprio e recursos de terceiros.

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, na visão da Diretoria, com as atividades da Companhia, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2023	AV	2022	AV
Capital próprio	1.461,6	53,3%	1.239,4	47,9%
Capital de terceiros	1.278,8	46,7%	1.349,1	52,1%
Total Estrutura de Capital	2.740,4	100,00%	2.588,4	100,00%

(i) Capital próprio (Patrimônio Líquido)

A composição do patrimônio líquido da Companhia é como segue:

Em R\$ Milhões, exceto %	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2023	AV %	2022	AV %
Capital social subscrito	1.091,6	74,7%	1.091,6	88,1%
Reservas de capital	17,7	1,2%	1,5	0,1%
Reservas de lucros	403,4	27,6%	203,6	16,4%
Ações em tesouraria	-36,2	-2,5%	-41,5	-3,3%
Ajuste de Avaliação patrimonial	-17,2	-1,2%	-18,0	-1,5%
Participação de acionistas não controladores	2,5	0,2%	2,2	0,2%
Total Patrimônio Líquido	1.461,6	100,0%	1.239,4	100,0%

O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é representado pelo montante de R\$ 1.091,6 milhões, dividido em 246.308.856 (ações

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ordinárias nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária corresponde ao direito a um voto nas deliberações de acionistas.

Os diretores da Companhia geralmente utilizam tanto capital próprio, oriundo de geração de caixa operacional, como capital de terceiros, mediante a contratação de novos empréstimos e/ou a emissão de títulos e valores mobiliários representativos de dívida, para financiar as necessidades de investimentos em ativos não-circulantes e capital de giro da Companhia. Para operações estratégicas, quando necessário, a Companhia pode recorrer ao capital dos seus acionistas ou de terceiros, mediante a emissão de ações.

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

(ii) Capital de terceiros

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de:			
	2023	%	2022	%
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	911,1	71,2%	884,6	65,6%
Contas a pagar Terceiros	138,4	10,8%	251,5	18,6%
Arrendamentos a Pagar (IFRS16)	86,7	6,8%	87,6	6,5%
Outros Passivos	142,6	11,2%	125,4	9,3%
Total Passivo	1.278,8	100,0%	1.349,1	100,0%

A tabela abaixo apresenta a dívida líquida consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de:			
	2023	AV	2022	AV
Endividamento de curto prazo	152,9	16,8%	79,2	9,0%
Endividamento de longo prazo	758,2	83,2%	805,5	91,0%
(-) Caixa e equivalentes de Caixa	546,9		780,1	
(-) Depósitos bancários vinculados	9,5		16,0	
Dívida Líquida	354,7		88,5	

Em 31 de dezembro de 2023, a nossa dívida era composta por 16,8 de dívida de curto prazo e 83,2% de dívida de longo prazo, com prazo médio de 2,31 anos e custo médio de CDI+2,31%. Em 31 de dezembro de 2022, nossa dívida era composta por 9,0% de dívida de curto prazo e 91,0% de dívida de longo prazo, com prazo médio de 3,1 anos e custo médio de CDI+2,23%.

A Companhia opera com margens eficientes, tendo a diversificação de suas atividades em diferentes setores econômicos, para sustentar eventuais momentos de dificuldade da economia, mantendo a Companhia sustentável para suportar períodos de incerteza.

(c) Comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração da Companhia acredita que a estrutura de capital da Companhia seja suficiente para suprir suas necessidades de caixa, relativas às suas obrigações contratuais decorrentes de empréstimos, financiamentos, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar investimentos e aquisições, a Administração acredita que a Companhia possui condições de contratar e de honrar tais obrigações.

Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais:

A atual estrutura de capital e o prazo de amortização da dívida são confortáveis, conforme os indicadores abaixo apresentados.

O perfil da dívida de longo prazo da Companhia segue uma política para contratações de empréstimos e financiamentos cujo objetivo é assegurar que todos os compromissos financeiros sejam honrados, se necessário, por meio da geração de caixa da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía registrados em seu balanço passivos no montante total de R\$0,8 milhões referente à adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) cujo prazo de parcelamento total aderido correspondeu a 180 meses. A Companhia está adimplente com o referido programa de parcelamento, tendo a última parcela vencimento em outubro de 2024.

Desta forma, os diretores da Companhia acreditam que sua geração de caixa e as atuais disponibilidades são suficientes para fazer frente a seus compromissos financeiros no médio prazo.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os investimentos da Companhia em ativos não circulantes e capital de giro são financiados por sua própria geração de caixa operacional e por capital de terceiros, mediante a contratação de novos empréstimos e/ou a emissão de títulos e valores mobiliários representativos de dívida, tais como notas promissórias comerciais e debêntures. Para operações estratégicas, quando necessário, a Companhia pode recorrer ao capital dos seus acionistas ou de terceiros, mediante a emissão de ações.

Em 14 de junho de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a contratação de empréstimos, em moeda estrangeira (dólar), no valor correspondente a R\$101,5 milhões junto as instituições financeiras Itaú e Citibank, assim como a operação de hedge em função do empréstimo ocorrer via moeda estrangeira, para proteção da Companhia contra a exposição por flutuação cambial e taxa, com ou sem garantia constituída por meio da cessão fiduciária do instrumento de hedge.

Em 22 de dezembro de 2022 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 7ª (sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de R\$430 milhões, com prazo de 60 meses e amortização anualmente a partir do 36º mês contado da data de emissão (inclusive), para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, com juros correspondentes a taxa do CDI+2,05% ao ano. Os recursos líquidos captados por meio da Oferta serão destinados ao pagamento de dívidas, investimentos, renovação de parte da frota e ao capital de giro da Companhia, no âmbito da gestão ordinária de seus negócios.

Em 18 de março de 2022 a Companhia emitiu R\$ 300 milhões em debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em duas séries, com vencimento em 18 de março de 2027. A amortização do principal será trimestral a partir do 24º mês. Foram emitidas 300 mil Debêntures, sendo 100 mil Debêntures da Primeira Série e 200 mil Debêntures da Segunda Série, sendo que: (i) as debêntures da primeira série com remuneração correspondente à Taxa DI +2,30% ao ano; e (ii) as debêntures da segunda série com remuneração correspondente à Taxa DI+2,95% ao ano. Os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Restrita e da Emissão serão destinados ao pagamento de dívidas, investimentos e ao capital de giro da Companhia, no âmbito da gestão ordinária de seus negócios.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de liquidez da Companhia são:

- fluxo de caixa das atividades da Companhia
- financiamentos bancários e por meio de mercado de capitais; e
- aportes de capital

As principais exigências de caixa da Companhia são:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- investimentos para manutenção e aumento do estoque de equipamentos;
- exigências de capital de giro;
- investimentos nas instalações físicas que a Companhia ocupa e o parque de informática para suportar suas atividades;
- investimentos em melhoria de processos e controles;
- investimentos em treinamento e segurança;
- recompra de ações; e
- distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos.

Os diretores acreditam que as atuais disponibilidades e capacidade de geração de caixa operacional, em conjunto com sua capacidade de endividamento, com alavancagem adequada, são suficientes para financiar seus investimentos e sua necessidade de capital de giro.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2023, a Dívida Bruta da Companhia atingiu o montante total de R\$911,1 milhões, enquanto a sua Dívida Líquida era de R\$354,7 milhões, representando um aumento de 300,7% em seu endividamento e um aumento de sua dívida líquida, em relação a 31 de dezembro de 2022.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta os principais empréstimos e financiamentos da Companhia, divididos por indexador, com os respectivos encargos e saldos em aberto em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)	Encargos financeiros	Em 31/12/2023	Em 31/12/2022
Quarta Emissão Debêntures simples não conversíveis em ações	Série única, CDI +2,35%	29,1	52,4
Quinta Emissão Debêntures simples não conversíveis em ações	Série única, CDI +3,65%	40,1	45,8
Sexta Emissão Debêntures simples não conversíveis em ações	Primeira série, CDI +2,30%	99,6	99,4
Sexta Emissão Debêntures simples não conversíveis em ações	Segunda série, CDI +2,95%	199,4	199,2
Sétima Emissão Debêntures simples não conversíveis em ações	Série única, CDI +2,05%	426,9	425,3
Empréstimo em moeda estrangeira (Operação 4131)	CDI + 2,00%	101,5	-
Valor Total		896,6	822,1

Debêntures

Seguem abaixo as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes da Companhia, em vigor em 31 de dezembro de 2023:

- (i) Contrato referente à 4ª emissão de debêntures no valor de R\$100 milhões, assinado em 3 de março de 2020, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, com prazo de vencimento de 60 meses contados da data de sua emissão. A amortização do principal será realizada trimestralmente, com juros correspondentes a taxa do CDI+2,35% ao ano. Em 31 dezembro de 2023, o saldo devedor em aberto era de R\$29,1 milhões (líquido do custo de emissão). Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta as garantias contratadas no montante de R\$130,1 milhões. Vale ressaltar que, conforme descrito nos Eventos Subsequentes das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício fiscal encerramento em 31 de dezembro de 2023, em 4 de março de 2023 foi realizado o resgate antecipado desta emissão de debêntures.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- (ii) Contrato referente à 5ª emissão de debêntures no valor de R\$84 milhões, assinado em 04 de dezembro de 2020, debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, com prazo de vencimento de 1405 dias, contados da data de sua emissão. A amortização do principal será realizada trimestralmente, com juros correspondentes a taxa do CDI+4,25% ao ano. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo devedor em aberto era de R\$40,1 milhões (líquido do custo de emissão). Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta as garantias contratadas montante de R\$102,8 milhões.
- (iii) Em janeiro de 2023 houve o primeiro aditamento da escritura da 5ª emissão de debêntures, com alteração da forma de pagamento e da remuneração. Após a amortização em janeiro de 2023 no valor de R\$5,6 milhões, o pagamento do saldo restante será na data de vencimento, em outubro de 2024. A remuneração da dívida passou de CDI+4,25% para CDI+3,75% a.a.
- (iv) Em outubro de 2023 houve o segundo aditamento da escritura da 5ª emissão de debêntures, com alteração do prazo de pagamento e da remuneração. O pagamento do saldo restante será na data de vencimento, em dezembro de 2026. O prêmio do resgate antecipado passou de 1,50% para 0,50%. A remuneração da dívida passou de CDI+3,75% para CDI+3,65% a.a. Buscamos constantemente melhorar estrutura de capital e a gestão de passivos de modo a otimizar os custos de dívida. Vale ressaltar que, conforme descrito nos Eventos Subsequentes das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício fiscal encerramento em 31 de dezembro de 2023, em 4 de março de 2023 foi realizado o resgate antecipado desta emissão de debêntures.
- (v) Contrato referente à 6ª emissão de debêntures no valor de R\$300 milhões, assinado em 18 de março de 2022, debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, prazo de 60 meses e amortização trimestral de principal a partir do 24º mês (inclusive). Serão emitidas 300 mil Debêntures, sendo 100 mil da Primeira Série e 200 mil da Segunda Série, sendo que: (i) as debêntures da primeira série contarão com remuneração correspondente à Taxa DI + 2,30% ao ano; e (ii) as debêntures da segunda série contarão com remuneração correspondente à Taxa DI + 2,95% ao ano. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo devedor em aberto era de R\$199,4 milhões (líquido do custo de emissão). Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta as garantias contratadas montante de R\$120,7 milhões.
- (vi) Contrato referente à 7ª emissão de debêntures no valor de R\$430 milhões, assinado em 22 de dezembro de 2022, debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com prazo de vencimento de 60 meses, contados da data de sua emissão. A amortização do principal será realizada anualmente a partir do 36º mês contado da data de emissão (inclusive), com juros correspondentes a taxa do CDI+2,05% ao ano. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo devedor em aberto era de R\$426,9 milhões (líquido do custo de emissão).

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos das debêntures brutos dos custos de transação eram de R\$119,3 milhões no passivo circulante e de R\$682,8 milhões no passivo não circulante. Os valores líquidos de custos de transação são, respectivamente, R\$116,7 milhões e R\$678,3 milhões.

Empréstimo

Em 14 de junho de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a contratação de empréstimos, em moeda estrangeira (dólar), no valor correspondente a R\$101,5 milhões junto as instituições financeiras Itaú e Citibank, assim como a operação de hedge em função do empréstimo ocorrer via moeda estrangeira, para proteção da Companhia contra a exposição por

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

flutuação cambial e taxa, com ou sem garantia constituída por meio da cessão fiduciária do instrumento de hedge.

(g) Outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

A Companhia mantém relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro.

A Companhia não tem outras transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas acima. Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia.

Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

A Companhia tem como política reduzir o risco de caixa relacionado com a variação cambial, uma vez que todas as suas receitas são auferidas em Reais. Para este fim, a Companhia celebra contratos de hedge com instituições financeiras. Todos esses contratos preveem a fixação da taxa de câmbio futura de reais para dólares.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de protegê-la, em suas operações de importação de equipamentos, no intervalo entre a colocação dos pedidos e nacionalização, contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo das contas de fornecedores estrangeiros refere-se, basicamente, a compras a prazo de peças de reposição e suprimentos, serviços e bens do ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2023, as compras a prazo somavam R\$21,2 milhões, ante R\$13,1 milhões em 31 de dezembro de 2022.

(h) Grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Até dezembro de 2020, as debêntures de emissão da Companhia são todas da espécie quirografária com garantia real.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta as garantias contratadas em aberto no montante de R\$ R\$895,1 milhões mil, relacionadas a 4ª, 5ª, 6ª e 7ª emissão de debêntures e operação 4131.

Os diretores da Companhia acreditam que as cláusulas em vigor referentes à constituição de garantias não restringirão de maneira significativa a capacidade de contratar novas dívidas para satisfazer suas necessidades de capital.

(i) Restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre, também, todas as demais obrigações previstas nos respectivos contratos de financiamentos, as quais se referem a determinadas restrições – alienação de ativos, alienação de controle societário – dentre outras cláusulas usuais de mercado; e, inclusive, atende aos covenants financeiros aos quais está sujeita, os quais estão apresentados abaixo:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

(i) Quarta emissão de debêntures

- 1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (i) pelo EBITDA (ii) deverá ser igual ou inferior a 2.
 - 2) Para fins de apuração dos covenants da Quarta Emissão os cálculos serão feitos desconsiderando os efeitos do IFRS 16 (CPC 06).
- “Dívida Líquida” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia em base consolidada.
 - “EBITDA” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou o prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2023, a Companhia atingiu todos os covenants as quais estava sujeita em relação a essa emissão de debêntures.

Vale ressaltar que, conforme descrito nos Eventos Subsequentes das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício fiscal encerramento em 31 de dezembro de 2023, em 4 de março de 2023 foi realizado o resgate antecipado desta emissão de debêntures.

(ii) Quinta emissão de debêntures

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

- 1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida financeira líquida (i) pelo EBITDA (iii) deverá ser igual ou inferior a 3x (três vezes) e Dívida Financeira Líquida de Curto Prazo pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 0,75x.
 - 2) Para fins de apuração dos covenants da Quinta Emissão os cálculos serão feitos desconsiderando os efeitos do IFRS 16 (CPC 06).
- “Dívida Líquida” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia em base consolidada.
 - “Despesa Financeira Líquida” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o saldo da diferença entre a receita financeira bruta consolidada e a despesa financeira bruta consolidada.
 - “EBITDA” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou o prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2023, a Controlada atingiu todos os covenants as quais estava sujeita. Esses covenants são mensurados a cada encerramento do exercício (31 de dezembro).

Vale ressaltar que, conforme descrito nos Eventos Subsequentes das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício fiscal encerramento em 31 de dezembro de 2023, em 4 de março de 2023 foi realizado o resgate antecipado desta emissão de debêntures.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta as garantias contratadas montante de R\$102.767.

(iii) Sexta emissão de debêntures

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

- 1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida financeira líquida (i) pelo EBITDA (iii) deverá ser igual ou inferior a 2,5x (2,5 vezes) e Dívida Financeira Líquida de Curto Prazo pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 0,75x.

Para fins desta Cláusula devem ser consideradas as seguintes definições e os cálculos serão feitos desconsiderando os efeitos do IFRS 16:

- "Dívida Financeira Líquida" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Emissora, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, inclusive empréstimos e financiamento com terceiros e/ou Partes Relacionadas (conforme adiante definido) e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, risco sacado e equivalentes, conforme aplicável, além de avais prestados pela Emissora, mas exclusive as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Emissora, em base consolidada; e
- "Dívida Financeira Líquida de Curto Prazo" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores: (a) o somatório das dívidas onerosas da Emissora, em base consolidada, com prazo de vencimento de até 12 (doze) meses, perante pessoas jurídicas, inclusive empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais, local e/ou internacional, além de avais prestados pela Emissora, mas exclusive as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Emissora, em base consolidada; e
- "EBITDA" significa, com base nas 4 (quatro) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores, o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, dos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes, conforme detalhados pela Emissora trimestralmente, em seu release de resultados trimestral.

(iv) Sétima emissão de debêntures

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

- 1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida financeira líquida (i) pelo EBITDA PROFORMA (iii) deverá ser igual ou inferior a 2,5x (2,5 vezes) e Dívida Financeira Líquida de Curto Prazo pelo EBITDA PROFORMA deverá ser igual ou inferior a 0,75x.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- "Dívida Financeira Líquida" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Emissora, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, inclusive empréstimos e financiamento com terceiros e/ou Partes Relacionadas (conforme adiante definido) e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, risco sacado e equivalentes, conforme aplicável, além de avais prestados pela Emissora, mas exclusive as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Emissora, em base consolidada; e
- "Dívida Financeira Líquida de Curto Prazo" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores: (a) o somatório das dívidas onerosas da Emissora, em base consolidada, com prazo de vencimento de até 12 (doze) meses, perante pessoas jurídicas, inclusive empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais, local e/ou internacional, além de avais prestados pela Emissora, mas exclusive as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Emissora, em base consolidada; e
- "EBITDA PROFORMA" significa, com base nas 4 (quatro) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora imediatamente anteriores, o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, dos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes, conforme detalhados pela Emissora trimestralmente, em seu release de resultados trimestral, acrescido do EBITDA DAS SOCIEDADES ADQUIRIDAS OU INCORPORADAS; e
- "EBITDA DAS SOCIEDADES ADQUIRIDAS OU INCORPORADAS" significa, o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, dos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes dos últimos 12 (doze) meses das sociedades adquiridas ou incorporadas pela Emissora. A Companhia está plenamente adimplente com suas obrigações pecuniárias e não pecuniárias relativas às Debêntures e as alterações nos termos e condições das Debêntures, aprovadas nesta data, são no melhor interesse de Companhia.

A Companhia avalia trimestralmente as cláusulas restritivas e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, atingiu todos os covenants as quais estava sujeita.

A Companhia está plenamente adimplente com suas obrigações pecuniárias e não pecuniárias relativas às Debêntures e as alterações nos termos e condições das Debêntures, aprovadas nesta data, são no melhor interesse de Companhia.

(j) Limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não dispunha de limites a utilizar em operações de financiamento já contratadas. Na mesma data, a Companhia dispunha de linhas de crédito bancário não asseguradas e não utilizadas, revisadas anualmente, de R\$300 milhões.

A Companhia mantém relacionamento com as principais instituições financeiras com atuação no Brasil e, na avaliação de sua diretoria, tem condições e classificação de risco de crédito que lhe permitem contratar novas dívidas nos montantes necessários para fazer frente às suas atuais necessidades de caixa de curto e longo prazo.

(k) Alterações significativas em itens das demonstrações financeiras e de fluxo de caixa.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

Demonstrações dos Resultados

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de		Análise vertical		Análise Horizontal
	2023	2022	2023	2022	2023 vs 2022
Receita bruta	1.509,9	1.206,1	100%	100%	25,2%
Receita líquida de vendas e serviços	1.377,8	1.092,1	100%	100%	26,2%
Formas e Escoramentos	230,7	150,7	16,7%	13,8%	53,1%
Rental	1.147,1	941,4	83,3%	86,2%	21,9%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	-489,9	-397	-35,6%	-36,4%	23,4%
Lucro bruto	887,8	695,1	64,4%	63,6%	27,7%
Despesas gerais e administrativas	-397,8	-355,4	-28,9%	-32,5%	11,9%
Outras receitas (despesas) operacionais	6,2	8,9	0,4%	0,8%	-30,3%
Provisão para perdas de crédito esperadas	-27,0	-26,3	-2,0%	-2,4%	2,7%
Lucro antes do resultado financeiro	469,2	322,2	34,1%	29,5%	45,6%
Despesas financeiras	-177,7	-78,4	-12,9%	-7,2%	126,7%
Receitas financeiras	100,5	66,5	7,3%	6,1%	51,1%
Resultado financeiro	-77,2	-11,9	-5,6%	-1,1%	548,7%
Lucro antes dos impostos	392,1	310,3	28,5%	28,4%	26,4%
Imposto de renda e contribuição social	-113,8	-93,9	-8,3%	-8,6%	21,2%
Lucro líquido do exercício	278,2	216,5	20,2%	19,8%	28,5%

Receita Líquida de Vendas e Serviços

A receita líquida de vendas e serviços da Mills atingiu R\$1.377,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o que representa um aumento de 26,2% em relação ao valor registrado no ano anterior. A principal linha que impactou positivamente o resultado foi a receita da unidade de negócio Rental.

A receita líquida da unidade de negócio Rental aumentou em relação ao ano anterior 24,4%, ou R\$205,7 milhões sendo que a receita de locação foi responsável por 90,0% desse aumento. Os principais fatores que levaram a esse crescimento foram da entrada no setor de linha amarela realizada em setembro de 2022 e o crescimento de Pesados ao longo do período; e (ii) do aumento em Leves como resultado do melhor mix de equipamentos. O aumento do volume locado é resultado do aumento da penetração em locais que a Mills já atuava e da abertura de novas filiais, refletindo a estratégia de forte crescimento e maximização da alocação de capital

A receita líquida da unidade de negócio Formas e Escoramentos atingiu R\$ 230,7 milhões de receita líquida em 2023, um aumento de 53,1% em relação ao ano anterior. A receita de locação apresentou um crescimento de 41,4%, principalmente devido a maior taxa de utilização e aumento dos preços praticados, reflexo do reaquecimento dos setores de construção civil e infraestrutura.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Conforme amplamente divulgado, a Companhia limitou seus investimentos nessa unidade de negócios de acordo com a postergação da recuperação do setor de infraestrutura, da baixa taxa de utilização e da necessidade de abertura de espaço físico nas filiais. Mesmo com essa reestruturação, que resultou em uma capacidade em torno de 50 mil toneladas de equipamentos, a Companhia ainda tem condições de atender o pipeline de obras esperado para os próximos anos e segue sendo a líder no fornecimento de formas e escoramento no Brasil.

Receita líquida por tipo

Receita líquida por tipo (em reais milhões)	2023	2022	Variação %	Variação em reais
Receita Líquida Total	1.377,8	1.092,1	26,2%	285,7
Locação	1.239,4	996,0	24,4%	243,4
Vendas Novos	20,9	23,6	-11,4%	-2,7
Vendas Seminovos	71,7	42,5	68,8%	29,2
Assistência técnica	7,7	6,4	19,5%	1,3
Indenização e Recuperação de Despesas	37,9	23,2	63,0%	14,6
Venda de Sucata	0,2	0,4	-36,4%	-0,1

Receita líquida por unidade de negócio	2022	%	2023	%
Receita líquida total	1.092,1	100,0%	1.377,8	100,0%
Formas e Escoramentos	150,7	12,9%	230,7	16,7%
Rental	941,4	87,1%	1.147,1	83,3%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A tabela abaixo mostra os custos dos produtos vendidos e serviços prestados abertos e as despesas gerais da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	2022 (A)			2023 (B)			(B)/(A)	(B)-(A)
Em R\$ milhões, exceto %	Custos diretos	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos diretos	Despesas gerais e administrativas	Total	Total	Total
Pessoal	-79,6	-126,8	-206,4	-97,2	-162,5	-259,7	25,8%	-53,3
Terceiros	-6,6	-52,1	-58,7	-7,9	-64,1	-72,0	22,7%	-13,3
Frete	-48,4	-2,7	-51,1	-57,6	-1,5	-59,1	15,7%	-8,0
Material construção/manutenção e reparo	-107,6	-33,6	-141,2	-125,1	-13,4	-138,5	-1,9%	2,7
Aluguel de equipamentos e outros	-4,5	-7,3	-11,8	-2,2	-7,2	-9,4	-20,3%	2,4
Viagem	-11,2	-9,7	-20,9	-12,4	-9,1	-21,5	2,9%	-0,6
Custo das mercadorias vendidas	-14,5	-	-14,5	-13,8	-	-13,8	-4,8%	0,7
Depreciação/amortização	-116,1	-51,5	-167,6	-155,8	-64,7	-220,5	31,6%	-52,9
Baixa de ativos	-9,1	-	-9,1	-9,7	-0,3	-10,0	9,9%	-0,9
Custo de venda com seminovos - outros	0,0	-	-	-	-	-	-	-
Plano de ações	-	-6,1	-6,1	-	-16,2	-16,2	165,6%	-10,1
Provisões	-	-1,3	-1,3	1,1	-	1,1	-184,6%	2,4
Participação nos resultados	-	-26,6	-26,6	-	-25,4	-25,4	-4,5%	1,2
Outros	0,9	-37,6	-36,7	-7,8	-34,5	-42,3	15,3%	-5,6
Total	-396,7	-355,3	-752,0	-488,4	-398,9	-887,3	18,0%	-135,3

Os custos dos produtos vendidos e serviços prestados e das despesas gerais e administrativas da Companhia, sem considerar os efeitos da depreciação, passaram de R\$584,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$666,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, um aumento de R\$82,4 milhões, ou 14,1%.

Os custos consolidados da Mills, excluindo depreciação, tiveram aumento de 18,5% em relação ao ano anterior, ou R\$52,0 milhões. O aumento dos custos ocorreu principalmente em função do: i) aumento dos custos com fretes comercial e entre filiais devido a abertura de novas filiais e maior demanda por frete pelos clientes em função do novo projeto logístico que também se refletiu na receita e trouxe maior qualidade de serviço prestado; e ii) aumento do custo de pessoal como resultado do aumento de filiais e do crescimento da Companhia.

As despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação, totalizaram R\$334,2 milhões, representando um aumento de R\$30,4 milhões, explicado principalmente pela entrada e estruturação do segmento de Pesados e pelo aumento de pessoal em Leves, resultado da maturação das filiais abertas em 2022. O crescimento da unidade de Rental Pesados deve resultar em uma diluição das despesas.

Em 2023, a PCE (Perda de Crédito Esperada, "PCE") acumulada somou R\$27,0 milhões, equivalente a 2,0% da receita líquida, ante R\$26,3 milhões, equivalente a 2,4 em 2022.

A depreciação dos bens utilizados na prestação dos serviços e dos bens de uso, aumentou, passando de R\$167,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$220,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Itens não recorrentes

Em 2023, registramos R\$17,1 milhões de despesas relacionados a itens não recorrentes, compostos principalmente por gastos relacionados com readequação de frota, mudanças de filiais, com o intuito de penetrar e atender melhor os mercados regionalmente, e outras despesas, como projetos de consultoria para definição de estratégia da Companhia e despesas com aquisições, como pode ser visto na tabela abaixo (itens não recorrentes não auditados pelos auditores independentes):

Em R\$ milhões, exceto %	2022(A)	2023(B)	(A) / (B)
Total itens não recorrentes	-22,6	-11,1	-50,9%
Readequação da Frota	-12,3	-2,9	-76,4%
Mudanças filiais	-7,0	-7,4	6,6%
Despesas Mills SI	-1,0	0,0	-100,0%

Considerando o desempenho operacional positivo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e a não identificação de fatores de obsolescência tecnológica de seu imobilizado, a Administração não identificou indicadores de “impairment” para as Unidades de Negócio Rental e Formas e Escoramentos (UGCs) a luz do CPC 01 (IAS 36). Por consequência, a Companhia não precisou estender suas análises internas visando avaliar a recuperação de seu imobilizado usando referências de mercado ou modelos financeiros de valor em uso para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Em 11 de março de 2022, foi celebrado contrato de compra e venda de ações e outras avenças com a Rohr, onde a Companhia fez a alienação da totalidade das suas 52.500.000 ações ordinárias naquela investida que representava 27,47% do total de ações existentes da Rohr. Em contrapartida à alienação, a Companhia recebeu o valor total de R\$34.013 mil (vide nota explicativa 9 das Demonstrações Financeiras 2022).

Resultado Financeiro

O resultado financeiro foi negativo em R\$77,1 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, contra valor negativo de R\$11,9 milhões para o mesmo período de 2022. Esse aumento de 548,2% foi proveniente, principalmente, de uma maior despesa financeira no período, reflexo do aumento da taxa de juros e novas emissões de debêntures.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social passaram de um valor negativo de R\$93,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para um valor negativo de R\$113,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Tal variação se deu em função do crescimento do resultado da Companhia.

A Companhia continua seu trabalho de identificação e aproveitamento de oportunidades tributárias. O saldo de prejuízo fiscal acumulado totalizou R\$221,5 milhões em dezembro de 2023. Trimestralmente compensamos o limite de 30% do lucro antes do imposto de renda.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

Em 2023, a Companhia registrou lucro líquido de R\$278,2 milhões, frente a um lucro líquido de R\$216,5 milhões em 2022, como reflexo do forte crescimento da Companhia e seu comprometimento com a alocação de capital de forma eficiente, gerando e distribuindo valor. Uma Mills que cresce: em ritmo acelerado, de forma rentável e com mais diversificação.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Balanco Patrimonial

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Em R\$ milhões, exceto %	Em 31 de dezembro de		Análise vertical		Análise horizontal
	2022	2023	2023	2022	2023 v. 2022
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	780,1	546,9	19,90%	30,14%	-29,90%
Depósitos bancários vinculados	16	9,5	0,35%	0,62%	-40,43%
Contas a receber de terceiros	247,1	319,8	11,64%	9,55%	29,43%
Estoques	75,2	72,1	2,62%	2,91%	-4,12%
IRPJ e CSLL a recuperar	16,2	14,1	0,51%	0,63%	-12,96%
Tributos a recuperar	14	22,3	0,81%	0,54%	59,29%
Adiantamento a fornecedores	5,9	4,7	0,17%	0,23%	-20,35%
Outros ativos circulantes	8,4	16,4	0,60%	0,32%	95,66%
Ativos mantidos para venda	19,1	9,5	0,35%	0,74%	-50,17%
Total do Ativo Circulante	1.182,0	1.015,3	37,23%	45,67%	-13,43%
Ativo Não Circulante					
IRPJ e CSLL diferidos	268,3	223,5	7,31%	54,33%	-16,69%
Tributos a recuperar	28,6	48,7	1,77%	1,10%	70,16%
Depósitos judiciais	12,2	13,0	0,47%	0,47%	6,55%
Instrumentos financeiros derivativos	0,0	0,0	0,0%	0,0%	0,0%
Outros ativos não circulantes	0,0	0,0	0,0%	0,0%	0,0%
Ativo financeiro pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes	0,0	0,0	0,0%	0,0%	0,0%
Investimentos	0,0	0,0	0,0%	0,0%	0,0%
Imobilizado	912,6	1238,8	45,07%	35,26%	35,74%
Intangível	184,6	201,0	7,31%	7,13%	8,88%
Total do Ativo Não Circulante	1.406,40	1.725,10	62,77%	54,33%	22,66%
Total do Ativo	2.588,40	2740,40	100,00%	100,00%	6,18%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de		Análise Vertical		Análise Horizontal
	2023	2022	2023	2022	2023 vs 2022
Passivo Circulante					
Contas a pagar a terceiros	103,2	224,8	3,8%	8,7%	-54,1%
Contas a pagar - aquisições de controladas	1,1	0,4	0,0%	0,0%	0,0%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	153,0	79,2	5,6%	3,1%	93,2%
Arrendamentos a pagar	28,7	28,3	1,0%	1,1%	1,5%
Instrumentos financeiros derivativos	2	0			
Salários e encargos sociais	40,9	37,3	1,5%	1,4%	9,6%
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	0,8	1,6	0,0%	0,1%	-52,7%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	3,9	6,5	0,1%	0,3%	-40,2%
Tributos a pagar	10,9	9,6	0,4%	0,4%	13,5%
Provisão para participação nos resultados	26,2	27,2	1,0%	1,1%	-3,7%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	15,6	1,2	0,6%	0,0%	1199,2%
Outros passivos	1,0	0,8	0,0%	0,0%	21,5%
Total do Passivo Circulante	387,3	416,9	14,4%	17,4%	-12,1%
Passivo Não Circulante					
Contas a pagar a terceiros	9,3	3,7			
Contas a pagar - aquisições de controladas	24,9	22,5			
Empréstimos e financiamentos	79,9	63,6	2,9%	1,2%	159,4%
Debêntures	678,3	741,9	24,7%	28,7%	-8,6%
Arrendamentos	57,9	59,3	2,1%	2,3%	-2,3%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16,7	16,2	0,6%	0,6%	3,3%
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	0	0,9	0,0%	0,0%	-100,0%
Tributos a pagar	12,4	11,5	0,5%	0,4%	8,0%
Provisão para benefícios pós- emprego	11,3	11,2	0,4%	0,4%	0,6%
Outros passivos	0,9	1,4	0,0%	0,1%	-35,9%
Total do Não Circulante	891,6	932,2	32,4%	36,0%	-4,4%
Patrimônio Líquido					
Capital Social	1.091,60	1.091,60	39,7%	42,2%	0,0%
Reservas de capital	17,7	1,5	0,6%	0,1%	1079,5%
Reservas de lucros	403,4	203,6	7,1%	7,9%	-3,6%
Ações em tesouraria	-36,2	-41,5	-1,3%	-1,6%	-12,7%
Ajuste de avaliação patrimonial	-17,2	-18	-0,6%	-0,7%	-4,3%
Lucros acumulados	0	0	7,5%	0,0%	-
Participações de acionistas não controladores	2,5	2,2	0,1%	0,1%	11,5%
Total do Patrimônio Líquido	1.461,6	1.239,4	53,2%	47,9%	17,9%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.740,4	2.558,4	100,0%	100,0%	6,2%

Comentários referentes ao balanço patrimonial consolidado da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Ativo Circulante

O ativo circulante passou de R\$1.182,0 milhões em 31 de dezembro de 2022 para R\$1.015,3 milhões em 31 de dezembro de 2023, uma diminuição de R\$166,7 milhões, ou -14,1%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- Redução no caixa e equivalentes de caixa em R\$233,2 milhões referem-se substancialmente aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa;
- Aumento no contas a receber de terceiros em R\$72,7 milhões, ou 29,4%, atrelados ao aumento do faturamento da Companhia;

Ativos mantidos para venda

A conta de ativos mantidos para a venda passou de R\$19,1 milhões em 2022 para R\$9,5 milhões em 2023. Em 26 de setembro de 2023 foi efetivada a venda de um dos ativos pelo valor de R\$ 9.838 e com valor de custo de R\$ 10.407, já líquidos de comissão de venda.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante passou de R\$309,2 milhões em 31 de dezembro 2022 para R\$285,3 milhões em 31 de dezembro de 2023, uma redução de R\$23,9 milhões ou 7,7%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Redução de R\$44,8 milhões em IRPJ e CSLL diferidos em função da compensação de prejuízos fiscais em função do lucro tributável gerado em 2023;
- Aumento de R\$20,1 milhões em tributos a recuperar em função do maior investimento na aquisição de imobilizado que gerou crédito de PIS/COFINS;

Imobilizado

O ativo imobilizado passou de R\$912,6 milhões em 31 de dezembro de 2022 para R\$1238,8 milhões em 31 de dezembro de 2023, um crescimento de R\$326,2 milhões, ou 35,8%. Este aumento explica-se, principalmente, pela estratégia de crescimento da Companhia, através de aquisição de novos equipamentos e de empresas (M&As).

Intangível

O ativo intangível passou de R\$184,6 milhões em 31 de dezembro de 2022 para R\$201,0 milhões em 31 de dezembro de 2023, um crescimento de R\$16,4 milhões, ou 8,8%, principalmente devido a investimentos em tecnologia em linha com a sua jornada digital como alavanca de geração de valor para a Companhia.

Passivo Circulante

O passivo circulante passou de R\$416,9 milhões em 31 de dezembro de 2022 para R\$387,2 milhões em 31 de dezembro de 2023, uma queda de R\$29,7 milhões ou -7,1%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Redução de R\$121,6 milhões na conta de Fornecedores como resultado do pagamento de uma aquisição relevante no final de 2022;
- Aumento de R\$76,7 na conta de Empréstimos, financiamentos e debêntures devido a captação de empréstimos em moeda estrangeira (vide nota explicativa 14.1 das Demonstrações Financeiras);

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante passou de R\$932,2 milhões em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 891,6 milhões em 31 de dezembro de 2023, uma queda de R\$40,6 milhões, ou 4,46%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Redução do saldo da conta Empréstimos, financiamentos e debêntures em R\$47,2 milhões, com maior impacto no pagamento da 6ª emissão de debêntures;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido passou de R\$1.239,4 milhões em 31 de dezembro de 2022 para R\$1.461,6 milhões em 31 de dezembro de 2023, um aumento de R\$222,2 milhões, ou 17,9%. A variação se deu em decorrência de:

- Aumento do saldo de Reservas de lucros em R\$199,7 milhões como resultado para destinação do lucro do exercício;
- Aumento de R\$16,2 milhões na conta de Reservas de capital como resultado da outorga de ações de programas de incentivo de longo prazo.

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	-124,4	144,8
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimento	-44,6	-160,1
Caixa líquido proveniente (consumido) das atividades de financiamento	-64,3	592,6
Aumento (redução) das disponibilidades	-233,3	577,4

Análise das principais variações referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi negativo de R\$124,4 milhões, apresentando uma redução no valor de R\$269,2 milhões, ou -186% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, devido principalmente a aquisições de ativos de locação e estoques.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$44,6 milhões, apresentando uma redução no valor de R\$115,5 milhões, comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, pois não houve combinação de negócios.

Caixa líquido proveniente (consumido) das atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi negativo de R\$64,3 milhões, quando comparado ao caixa líquido consumido de R\$592,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa variação é principalmente em decorrência da captação de empréstimos e debêntures em 2022.

Aumento (redução) das disponibilidades

A Mills encerrou o ano de 2023 com disponibilidade de R\$546,9 milhões, representando uma redução de R\$233,2 milhões de disponibilidades no período.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 - Resultados operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os segmentos reportáveis da Companhia são unidades de negócios que oferecem diferentes produtos e serviços e são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado: unidade de negócio Rental Combinada (Leves + Pesados) e unidade de negócio Formas e Escoramentos. A receita da Companhia é preponderantemente decorrente de locação de equipamentos e vendas de equipamentos usados e novos.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre os bens ou serviços ao cliente e quando é provável que venha a receber a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

Não foram identificadas exceções no reconhecimento das obrigações de desempenho no que tange à adoção da IFRS 15/CPC 47. A Companhia identificou que suas receitas têm uma única obrigação de desempenho, conforme os contratos com clientes.

A receita de locação é reconhecida pro rata temporis no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos, classificados como arrendamento operacional, não tendo recebimentos contingentes ou não canceláveis reconhecidos como receita durante a vigência do contrato.

A Companhia quando aplicável, separa os componentes identificáveis de um único contrato ou de um grupo de contratos, a fim de refletir a substância de um contrato ou de um grupo de contratos, reconhecendo a receita de cada um dos elementos de forma proporcional ao seu valor justo. Dessa forma, a receita da Companhia se divide em locação, assistência técnica, vendas, indenizações, vendas de seminovos e recuperações de despesas.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais da Companhia foram impactados especialmente pelo seu crescimento. Neste sentido, os principais fatores que influenciaram este crescimento são: (i) um aumento do número de equipamentos que a Companhia foi capaz de adquirir e disponibilizar para seus clientes na unidade de negócio Rental Combinada. Período no qual a frota para locação atingiu 11.446 unidades em 31 de dezembro de 2023 ante 10.465 unidades em dezembro de 2022; (ii) a capacidade comercial da Companhia em locar esses equipamentos; e (iii) um aumento do preço praticado em ambas as unidades de negócios.

Nossa estratégia de crescimento combinado da unidade Rental leves e pesados engloba aquisições de empresas reconhecidas no mercado, potencializado por investimento orgânico em equipamentos e abertura de filiais. Os movimentos de M&A trazem know how de cada subsetor de linha amarela e aceleram a curva de aprendizado e o ramp up de resultados.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Receita líquida por tipo	FY2023	AV	FY2022	AV	AH
		%		%	%
Receita Líquida Total	1.377,8	100,0%	1.092,1	100,0%	26,2%
Locação	1.239,4	90,0%	996,0	91,2%	24,4%
Vendas	92,9	6,7%	66,0	6,0%	40,8%
Sucata	0,2	0,0%	0,4	0,1%	-50%
Outros	45,3	3,3%	29,7	2,7%	52,5%

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação.

As receitas da Companhia têm correlação direta com variações de preço e volumes dos equipamentos locados aos seus clientes. A introdução de novos produtos e serviços também impacta diretamente a receita. A Companhia tem sido, historicamente, capaz de repassar para seus clientes variações positivas e negativas nos custos de seus produtos. Tais variações podem ser causadas pela taxa de inflação, taxa de juros, taxa de câmbio e outros elementos que impactam os custos de produção por parte de seus fornecedores. Além disso, os preços dos equipamentos comprados para locação afetam diretamente o preço de locação praticado pela Companhia.

Quanto à inflação, sua correlação com a receita da Companhia é indireta, na medida em que os reajustes só ocorrem na renovação ou no fechamento de novos contratos. Ressalvado que as plataformas elevatórias da unidade de negócio Rental Leves são importadas e, consequentemente, têm seu custo de aquisição em moeda estrangeira. Sendo assim, no futuro, a receita de locação desta unidade de negócio poderá ser influenciada por eventual variação de taxas de câmbio.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

As operações e resultados da Companhia são diretamente impactados por variações de (i) taxas de inflação, cujos índices são utilizados para reajuste dos contratos de longo prazo da Companhia; (ii) taxas de juros, que afetam o endividamento sujeito a juros flutuantes da Companhia; e (iii) preços de materiais consumidos nas obras ou na manutenção dos equipamentos da Companhia.

As despesas da Companhia estão sujeitas a impactos decorrentes da inflação via reajustes salariais de seu pessoal, do aumento de valor dos serviços que contrata, tais como fretes e dos insumos que utiliza na prestação dos serviços. Além disso, os equipamentos nos quais a Companhia investe para utilizar em sua prestação de serviços, também estão sujeitos a aumentos por inflação e por variação do preço das commodities, principalmente aço e alumínio. No caso da unidade de negócio Rental Leves, os equipamentos utilizados aumentam de preço em função da oscilação do câmbio, pois são importados.

O endividamento da Companhia está sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente Taxa CDI e TJLP. Existe o risco de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

No último exercício social não houve nenhum impacto que represente montante relevante em função da variação de preços dos insumos e do câmbio.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 - Mudanças nas práticas contábeis/opiniões modificadas e ênfases

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Normas vigentes em 2023

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às International Financial Reporting Standards ("IFRS") e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor em 1º de janeiro de 2022. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Alterações à IFRS 3/CPC 15 (R1) – Referências à Estrutura Conceitual

A Companhia adotou as alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)), Combinação de Negócios. As alterações atualizam a IFRS 3 (CPC 15 (R1)) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem a IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25) Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, o comprador adota a IAS 37 (CPC 25) para determinar se já obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados.

Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 (CPC 21) Tributos, o comprador adota a IFRIC 21 (CPC 21) para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.

Alterações à IAS 16/CPC 27 – Imobilizado Recursos Antes do Uso Pretendido

A Companhia adotou as alterações à IAS 16 (CPC 27) Imobilizado. As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar de maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.

A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 2 Estoques (CPC 16).

As alterações esclarecem ainda o significado de 'testar se um ativo está funcionando adequadamente'. Atualmente, a IAS 16 (CPC 27) determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos.

Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos.

Alterações à IAS 37/CPC 25 Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato

A Companhia adotou as alterações à IAS 37/CPC 25 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020

A Companhia adotou pela primeira vez no exercício corrente as alterações incluídas nas Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020. As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas.

IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou joint venture que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a).

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros

A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, em nome da outra parte.

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos

A alteração exclui o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

Embora as International Financial Reporting Standards (IFRS) permitam a adoção antecipada de certas normas contábeis, no Brasil, a adoção antecipada dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, anteriormente às respectivas datas de vigência mandatórias das IFRS, usualmente, não são aprovadas pelos reguladores que aprovam a adoção dos pronunciamentos contábeis do CPC.

Não identificamos impactos na Companhia em função das normas vigentes em 2023.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Companhia não tem histórico de ressalvas e/ou ênfases presentes nos pareceres emitidos por seus auditores independentes.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 - Efeitos relevantes nas DFs

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

A companhia não realizou nenhuma introdução ou qualquer outra alienação de segmento operacional no último exercício social.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Estão elencadas a seguir, em ordem cronológica, as principais operações de fusões, aquisições e alienações da Companhia ocorridas no último exercício social:

Aquisição da Tecpar

Em 18 de abril de 2022, a Mills celebrou um acordo de compra e venda para adquirir a integralidade das quotas representativas do capital social da Tecpar Comercio e Locação de Equipamentos LTDA ("Tecpar Equipamentos").

A conclusão da aquisição pela Companhia de 100% Tecpar ocorreu em 16 de maio de 2022.

Fundada em 2007, a Tecpar Equipamentos é especializada em locação e vendas de plataformas elevatórias, além de oferecer assistência técnica com o suporte de profissionais qualificados. Com uma frota de idade média de 6 anos, composta por 298 máquinas, além de 53 máquinas em leasing operacional, a Tecpar Equipamentos é uma empresa com forte atuação no Estado de São Paulo e operando também em Minas Gerais, possui uma base de clientes diversificada e equilibrada entre diversas regiões e contratos de longo prazo.

A Transação está alinhada aos objetivos estratégicos da Mills relacionados a: Penetração de mercado, ganho de escala, sinergia e renovação da frota.

Aquisição da Triengel

Em 20 de julho de 2022 foi aprovado pelo Conselho de Administração a celebração de um acordo de compra e venda, através de sua subsidiária integral, Solaris, para adquirir a integralidade das quotas representativas do capital social da Triengel Locações e Serviços Ltda. ("Triengel"), sociedade limitada, com sede em Assis, SP ("Transação").

Fundada em 2020, por meio da união da Triex Locação de Serviços Portuários LTDA. ("Triex") e da Hengel Locações e Serviços LTDA. ("Hengel"), duas empresas experientes e consolidadas no setor de Linha Amarela ("LA"), a Triengel é especializada em locação de equipamentos de Linha Amarela, além de oferecer assistência técnica com o suporte de profissionais altamente qualificados. Com uma frota composta por 245 máquinas de marcas premium com idade média de 2 anos, a Triengel é uma empresa com forte atuação no agronegócio e serviços portuários, com grandes clientes em sua carteira e contratos de longo prazo.

A Triengel é uma das empresas mais reconhecidas do mercado, tanto pelos clientes quanto pelos melhores fabricantes do seu segmento. Conta com um modelo de negócios baseado na qualidade do serviço prestado e na proximidade com os clientes. É referência no mercado por sua estrutura de trabalho organizado, com manutenção eficiente e elevado valor dos ativos no momento da revenda.

A Triengel agrega uma enorme expertise para a Mills, uma vez que foram mantidos os principais executivos que possuem mais de 20 anos de experiência no setor. Adicionalmente, a empresa possui sistemas de manutenção customizados para essa linha de produto, o que permitirá escalar rapidamente o negócio.

A Transação está alinhada à estratégia de crescimento e diversificação da Companhia através da alocação eficiente de capital e consolidando o seu posicionamento no mercado de locação de máquinas e equipamentos com seus diferenciais competitivos.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Esse movimento acelera a entrada da Mills no mercado de equipamentos de LA, como um player médio neste setor e abrindo caminho para crescer com relevância de forma orgânica e inorgânica, além do know-how diferenciado nos setores que atua.

A conclusão da operação de aquisição da Triengel ocorreu em 13 de setembro de 2022.

Com a entrada da Mills no segmento de Linha Amarela, foi criada nova unidade de negócio: Rental Pesados.

(c) eventos ou operações não usuais

Desinvestimento na Rohr S/A Estrutura Tubulares (Rohr)

A Mills celebrou em 11 de março de 2022, após aprovação do seu Conselho de Administração, um acordo vinculante com os atuais acionistas controladores da Rohr para troca de ativos, através do qual alienará a sua participação societária de 27,47% (excluindo as ações em tesouraria) na Rohr e, em contrapartida, receberá outros ativos da Rohr ("Transação"), os quais serão direcionados para o crescimento da Companhia.

Desde 2011, a Mills possui a referida participação na Rohr, empresa especializada em engenharia de acesso e no fornecimento de soluções para construção civil, e não tem qualquer influência em sua gestão, sendo o investimento classificado como ativo financeiro pelo seu valor justo, o qual totaliza R\$ 34,0 milhões desde 31 de dezembro de 2021 e é sujeito a testes de impairment anualmente.

Em decorrência da Transação, a Mills recebeu a frota total de 146 plataformas elevatórias da Rohr e seus respectivos estoques de peças, que correspondem ao valor total de R\$ 13,0 milhões e se somaram ao principal negócio da Companhia. Adicionalmente, a Mills recebeu contratos ativos e base de clientes avaliados em R\$ 1,9 milhão, outros R\$ 4,9 milhões em moeda corrente nacional, além de imóveis totalizando R\$ 14,2 milhões, os quais foram prontamente colocados à venda para que os recursos também sejam aplicados no crescimento da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

2.5 - Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA (“Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization”) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil utilizada pela Companhia, em consonância com a Resolução CVM nº 156 e consiste no lucro operacional antes do resultado financeiro, dos efeitos da depreciação de bens de uso e equipamentos de locação e da amortização do intangível.

O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil utilizada pela Companhia e corresponde ao EBITDA, ajustado por despesas não recorrentes, que são detalhadas no documento abaixo.

O EBITDA e o EBITDA Ajustado: (i) não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e/ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB); (ii) não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou tampouco como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia; e (iii) não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias, cabendo observar que a Companhia utiliza como base para o cálculo a Resolução CVM nº 156, que versa sobre essa medida em seu artigo 3º, inciso I. A Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão.

Em milhões de Reais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
EBITDA	689,7	489,8
EBITDA Ajustado	700,8	512,5

Dívida Líquida e Dívida líquida/EBITDA Ajustado

A Dívida Bruta consiste no somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante). A Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e corresponde à Dívida Bruta deduzida dos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa.

A Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado LTM corresponde à divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado LTM (últimos doze meses) da Companhia nas mesmas datas. A Companhia utiliza o índice Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado LTM como indicador de alavancagem financeira, para acompanhamento de covenants em debêntures e outros instrumentos de dívida.

A Dívida Líquida e o índice Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado LTM não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelo BR GAAP nem pelas IFRS, e não possuem significado padrão. Outras companhias podem calcular a Dívida Líquida e, consequentemente, o índice Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado LTM de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

Em milhões de Reais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Dívida Líquida	354,7	88,5
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM	0,5	0,2

2.5 Medições não contábeis

Fluxo de Caixa Operacional Ajustado

A Companhia também acompanha o fluxo de caixa operacional ajustado pelas variações monetárias ativas e passivas líquidas, investimentos em bens de locação e juros pagos.

O Fluxo de Caixa Operacional Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e significa, com base nas 4 (quatro) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, caixa líquido gerado nas atividades operacionais excluindo juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas, aquisições de bens do ativo imobilizado de locação e juros pagos

O Fluxo de Caixa Operacional Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelo BR GAAP nem pela IFRS, e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular o Fluxo de Caixa Operacional e o Fluxo de Caixa Operacional Ajustado de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

Em R\$ milhões	2023	2022
Fluxo de caixa operacional ajustado	444,1	487,5

Retorno Sobre o Capital Investido – ROIC

O retorno sobre o capital investido, ou Return On Invested Capital (“ROIC”), é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e é calculado a partir do EBITDA LTM deduzido da depreciação e amortização e do imposto de renda corrente (NOPAT – Net Operating Profit after taxes), dividido pelo capital investido (mensal) do período. O capital investido (mensal) do período é composto pela soma (i) do capital de giro e (ii) do ativo imobilizado bruto.

O ROIC não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelo BR GAAP nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular o ROIC de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

Em milhões de Reais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
ROIC	25,6%	23,40%

Retorno sobre o Patrimônio Líquido, ou Return On Equity (“ROE”)

O Retorno Sobre o Patrimônio Líquido, ou Return On Equity (“ROE”), é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e é calculado pelo Lucro Líquido LTM dividido pelo patrimônio líquido médio do período.

O ROE não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelo BR GAAP nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular o ROE de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

Em milhões de Reais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
ROE	20,3%	18,3%

2.5 Medições não contábeis

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação do EBITDA e do EBITDA Ajustado com o Lucro Líquido:

Em milhões de Reais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Lucro (Prejuízo)Líquido	278,2	216,4
Imposto de renda e contribuição social	-113,8	-93,9
Lucro antes do Resultado Financeiro	392,1	310,3
Resultado Financeiro	-77,1	-11,9
Depreciação	-220,5	-167,6
EBITDA CVM	689,7	489,8
Não recorrentes	-11,1	-22,6
EBITDA Ajustado	700,8	512,5

Não recorrentes

em R\$ milhões	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Total itens não recorrentes	-11,1	-22,6
Readequação da Frota	-2,9	-12,3
Mudanças filiais	-7,4	-7,0
Projetos M&A	-0,8	-2,4
Despesas Mills SI	0,0	-1,0

Reconciliação da Dívida Líquida e da Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM com o Endividamento de curto e longo prazos:

Em milhões de Reais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Endividamento de curto e longo prazos	911,1	884,6
(-) Caixa e equivalentes de caixa e depósitos bancários	556,4	796,2
Caixa Dívida Líquida	354,7	88,5
Receita financeira	100,5	66,5
Despesa financeira	-177,7	-78,4
Resultado Financeiro	-77,1	-11,9

2.5 Medições não contábeis

Reconciliação do Fluxo de Caixa Operacional Ajustado com o Fluxo de Caixa Operacional:

Em R\$ milhões	2023	2022
Fluxo de caixa operacional	-124,4	144,8
Juros Pagos	132,1	53,7
Aquisições de bens do ativo imobilizado de locação	553,8	368,2
Juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas (caixa)	-77,1	-50,3
Juros sobre arrendamento	-40,2	-28,9
Fluxo de caixa operacional ajustado	444,1	487,5

Em milhões de Reais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
EBIT (LTM)	463,9	315,6
IR/CS (LTM)	-82,0	-52,3
NOPAT (LTM)	382,0	263,3
Capital Investido Médio	1494,1	890,5
Capital de Giro (Média LTM)	185,2	183,5
Ativo Imobilizado (Média LTM)	1308,9	706,9
ROIC ¹	25,6%	29,6%

¹ Alíquota caixa

Em milhões de Reais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Lucro Líquido (LTM)	278,2	216,5
Patrimônio Líquido médio	1.371,0	1.181,6
ROE	20,3%	18,2%

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Motivos para a utilização do EBITDA e do EBITDA Ajustado

O EBITDA e o EBITDA Ajustado são utilizados como medidas de desempenho pela Administração da Companhia, motivo pelo qual a Companhia acredita ser importante sua inclusão neste Formulário de Referência. A Companhia acredita que o EBITDA e o EBITDA Ajustado são medidas práticas para aferir seu desempenho operacional, pois constitui um indicador que sofre menos impacto da flutuação da taxa de juros, alterações nas alíquotas e hipóteses de incidência do imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) e níveis de depreciação.

Motivos para a utilização da Dívida Líquida e Dívida líquida/EBITDA Ajustado

O índice Dívida Líquida sobre EBITDA Ajustado LTM é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e utilizado pela Administração como medida de endividamento da Companhia e existem cláusulas contidas nos contratos de crédito bancários e outros instrumentos de dívida da Companhia que impõem a observância deste indicador financeiro, entre outros. A Administração da Companhia acredita que o índice Dívida Líquida sobre EBITDA Ajustado LTM

2.5 Medições não contábeis

consiste em um indicador prático do nível de endividamento. O índice não deve ser considerado isoladamente ou como substituto da razão passivo total sobre patrimônio líquido como índice de endividamento da Companhia.

Motivos para a utilização do Fluxo de Caixa Operacional Ajustado

A Companhia entende que para o EBITDA ser uma boa Proxy do fluxo de caixa operacional da Companhia, é necessário excluir algumas provisões e a baixa de ativos, que são valores relevantes.

Motivos para a utilização do ROIC

O ROIC é uma métrica utilizada para análises financeiras e reflete, em percentuais, a rentabilidade gerada pelas operações da Companhia.

Motivos para a utilização do ROE

O ROE reflete em percentuais o retorno sobre o capital próprio da Companhia, evidenciando assim a capacidade da Companhia em agregar valor à ela mesma utilizando os seus próprios recursos.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 - Eventos subsequentes às demonstrações financeiras

8ª emissão de debêntures

Em 3 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou a realização da 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), com prazo de 72 (setenta e dois) meses e amortização anual de principal a partir do 48º (quadragésimo oitavo) mês (inclusive) ("Debêntures"). Foram emitidas em janeiro de 2024, 200.000 (duzentas mil) Debêntures, que contarão com remuneração correspondente à Taxa DI + 2,00% (dois inteiros por cento) ao ano.

Pagamento de juros da 5ª emissão de debêntures

Em 12 de janeiro de 2024, a Companhia efetuou o pagamento, aos detentores da 5ª Emissão de debêntures simples, de juros no valor unitário de R\$ 0,01727285 atribuídos a cada uma das 84.000.000 debêntures, totalizando R\$ 1.450.919,40.

Resgate antecipado da 4ª emissão de debêntures

Em 04 de março de 2024, a Companhia realizou o resgate antecipado facultativo da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, datada de 03 de março de 2020, conforme cláusula 6.2 da escritura de emissão.

Nos termos da escritura, por ocasião do resgate antecipado facultativo total, os debenturistas fizeram jus ao pagamento do valor nominal unitário ou do saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis desde a primeira data de integralização ou a data de Pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do resgate antecipado facultativo total, acrescido de um prêmio flat incidente sobre o valor nominal unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso.

4º Programa de recompra de ações

Em 19 de março de 2024, a Companhia divulgou o 4º programa de recompra de ações em que poderão ser compradas até 7.874.016 ações, que correspondem a 3,20% da quantidade total de ações nesta data. O prazo máximo para a realização da operação é de 18 meses.

2.7 Destinação de resultados

2.7 - Destinação de resultados

	2023
a. regras sobre retenção de lucros	Além das demais hipóteses previstas em lei, conforme disposição introduzida em 8 de fevereiro de 2010, o Estatuto Social da Companhia prevê que até 75% do lucro líquido ajustado do exercício poderão ser destinados à reserva de expansão, desde que o montante contabilizado em tal reserva não ultrapasse 80% do seu capital social
b. regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social assegura a seus Acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores. A Lei das Sociedades por Ações autoriza que a Companhia pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal).
c. periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição de dividendos da Companhia segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição de lucro líquido uma vez ao ano. Entretanto, nos termos do Estatuto Social, a Assembleia Geral poderá aprovar a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares ou, ainda, juros sobre o capital próprio, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não existe, atualmente, nenhuma restrição à distribuição de dividendos imposta por legislação ou regulamento especial aplicável à Companhia.
e. política de destinação de resultados	Companhia possui uma política de destinação de resultados aprovada pelo Conselho de Administração e disponível em seu site.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(iii) contratos de construção não terminada

Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

2.10 Planos de negócios

2.10 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia baliza sua política de investimentos de acordo com as perspectivas de demanda nos seus mercados de atuação, sua geração de caixa e a disponibilidade de crédito no mercado. Como forma de garantir os recursos necessários para a implementação do seu plano de investimentos, a Companhia instituiu uma reserva estatutária de expansão, para a qual os acionistas poderão destinar até 75% do lucro líquido ajustado, desde que a referida reserva não ultrapasse o limite de 80% do capital social subscrito da Companhia.

O investimento de aproximadamente R\$ 600 milhões realizado ao longo de 2023 foi direcionado para o crescimento da Companhia. Investimos principalmente na compra de ativos em Rental Pesados para suportar o crescimento expressivo que tivemos neste segmento ao longo do último ano. Renovamos todos os contratos pré-existentis da Triengel, empresa adquirida em nosso movimento de entrada, com aumento de escopo, e fechamos contratos importantes principalmente através do cross-sell com os clientes das demais unidades de negócio.

Os montantes aprovados são função dos estudos da Mills em relação ao mercado de locação e os desembolsos podem sofrer alterações de acordo com a demanda efetiva.

A seguir apresentamos quadro comparativo dos investimentos realizados em 31 de dezembro de 2023 e em 2022:

Em R\$ milhões, exceto %	31/12/23 (A)	31/12/22 (B)	(B) / (A)	(B) – (A)
Investimentos	598,5	600,2	0,3%	1,7
M&A	0,0	210,1	-	210,1
Ativos para locação	553,8	328,5	-40,7%	-225,3
Corporativo e bens de uso	44,7	61,6	37,8%	16,9

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financia suas atividades parte com capital próprio, com o caixa gerado pelo negócio, e parte com capital de terceiros via contratos de empréstimos e financiamento (conforme detalhado no item 2.1(f) deste Formulário de Referência).

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Atualmente, a Companhia não tem desinvestimentos relevantes em curso e/ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A Companhia realizou aquisições ao longo de 2022, detalhadas no item 2.4 do Formulário de Referência. Em 2023, não houve combinação de negócios.

As aquisições fazem parte da estratégia de crescimento e diversificação da Companhia. A Companhia vai explorar novas vias de crescimento através da oferta ampliada de produtos, posicionando-se como uma empresa One-Stop Shop. Dentre as aquisições recentes, destaca-se a aquisição mais recente, da Triengel, que marca a entrada da Companhia no mercado de equipamentos de linha amarela, com maior previsibilidade de fluxo de caixa e diversificação do seu portfólio com produtos que tenham sinergias comerciais e/ou operacionais, além de exposição a outros setores. O crescimento será de forma inorgânica e orgânica, com aquisição de equipamentos e expansão geográfica.

2.10 Planos de negócios

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia não desenvolve novos produtos e serviços, portanto, não incorre em gastos referentes à área de pesquisa e desenvolvimento. Grande parte da tecnologia e inovação presente nos equipamentos e oferecida aos clientes da Companhia provém de seus fornecedores.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

Ao longo de 2023 concentramos nossos esforços na evolução da nossa jornada de sustentabilidade, com foco no desenvolvimento de ações que reforçam nosso compromisso como líder de mercado, com o objetivo não só de evoluir internamente nos temas ASG, mas também de ampliar nosso impacto positivo nas comunidades e influenciar nossa cadeia de valor às práticas mais sustentáveis.

O período foi marcado pelo avanço em nossa estratégia climática, com a submissão de nossas metas de redução de emissões ao Science Based Targets (SBTi), após firmar compromisso com a iniciativa global no trimestre anterior. O envio das metas aconteceu após um extenso trabalho realizado ao longo do ano, que passou pela revisão do inventário de emissões de gases de efeito estufa, com o mapeamento de todas as emissões de Escopo 3 e estudo de projetos de descarbonização. Para a Mills, o compromisso com o SBTi traz protagonismo e reforça nossos objetivos em sustentabilidade, sendo um incentivo para outras companhias e buscando continuamente engajar nossa cadeia.

Em nossa frente social, um importante destaque foi a nova edição do programa Partilhar, em que a Companhia compartilha seus resultados financeiros com as comunidades locais onde atua, para contribuir com a redução das desigualdades e gerar impacto positivo, a partir de doações a instituições indicadas por nossos colaboradores. Na quarta edição do programa, alcançamos 81 instituições distribuídas por 54 cidades brasileiras e somamos mais de 120 mil itens doados que beneficiaram cerca de 21.280 pessoas.

No Programa Transformar, iniciativa que oferece bolsas de estudo para cursos técnicos destinados a jovens em situação de vulnerabilidade social, já alcançamos mais de 600 beneficiados, e voltamos nosso olhar para ações que fomentam a empregabilidade e a diversidade, destacando-se a formação da primeira turma 100% feminina do programa.

Avançamos também internamente na promoção da diversidade, equidade e inclusão, iniciamos uma nova trilha de desenvolvimento com a liderança técnica que será concluída em 2024 para letramento e maior engajamento no tema. Toda a liderança da Companhia passará por esses treinamentos, com o objetivo de tracionar uma mudança de comportamento na prática, uma vez identificado que este grupo é o que exerce maior influência no processo de desenvolvimento de pessoas e precisam estar preparados para lidar com os desafios em seus times cada vez mais diversos. Além disso, toda a diretoria participou de uma roda de conversa para fomentar ainda mais o engajamento deste grupo e reforçar o papel da alta liderança como patrocinador do tema.

2.10 Planos de negócios

Já na frente de governança, ética e transparência intensificamos nossa atuação interna para desdobramento do tema em todos os níveis da Companhia, incluindo alta liderança e Conselho de Administração. Temos evoluído com o Programa de Integridade no que se refere à inclusão do Risco Específico de Integridade na Matriz de Riscos, lançamos o treinamento contra assédio, que alcançou adesão acima de 90% dos colaboradores e demos continuidade aos treinamentos de Compliance. Estas iniciativas fortalecem nosso compromisso com a ética e integridade e nos aproxima do objetivo de obter o Selo Pro Ética.

Encerramos a primeira metade do ciclo estratégico de 2025 com avanços significativos na nossa jornada de sustentabilidade, mas sabemos que ainda temos grandes desafios a serem enfrentados. Em 2024, aprofundaremos nossa estratégia com a Unidade de Negócio Rental Pesados, que ampliará nossos esforços especialmente na promoção de diversidade de gênero e na busca por soluções mais ecoeficientes para nossas operações.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional no último exercício social e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Por ser uma empresa de serviços com público-alvo principal bastante segmentado, os investimentos em publicidade concentram-se em ações direcionadas, sejam elas marketing direto, e-mail marketing, ações de relacionamento ou publicidade online. Ademais, como os serviços prestados pela Companhia consistem, na sua grande maioria, em atividades ligadas à indústria, manutenções e revitalização de espaços em geral, a Companhia prioriza o patrocínio de projetos focados na reconstrução e na valorização do espaço urbano ou que utilizem os equipamentos da Companhia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 - Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

Em reunião realizada em 30 de abril de 2020 os membros do Conselho de Administração da Companhia, aprovaram a Política de Gestão de Riscos que estabelece, entre outras, responsabilidades sobre o processo de mapeamento, classificação e monitoramento dos riscos, e de seus controles de mitigação. A área de Auditoria, Riscos e *Compliance*, estruturada em 2020, reporta diretamente ao Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos e realiza reporte operacional para o CEO, preservando a independência das atividades e respeitando as melhores práticas de mercado. Em 2023, houve a atualização do mapa de riscos com a revisão dos riscos, fatores de riscos e métricas de impacto e probabilidade. O processo de gestão de riscos também considera a realização contínua dos testes de efetividade dos principais controles capazes de mitigar os riscos.

Adicionalmente, a Companhia é apoiada pelos processos de gestão financeira e pelo Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos, criado em novembro de 2016.

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos financeiros, aprovada pela Diretoria, em conformidade com as boas práticas e coerente com os padrões definidos por órgãos reguladores do Brasil e exterior. Esta política descreve a filosofia de proteção de riscos financeiros da Companhia e estabelece suas diretrizes.

Ao implantar e praticar esta política, a Companhia visa assegurar:

- i) Gestão proativa e contínua dos riscos, por meio de antecipação e, quando necessária, pela proteção de cenários desfavoráveis, de forma a proteger os resultados e o patrimônio da Mills;
- ii) Consideração do retorno das aplicações financeiras ponderado pelo risco associado nas análises das estratégias da Mills;
- iii) Preservação permanente da saúde financeira da Mills;
- iv) Proteção dos resultados e do patrimônio da Mills contra o não cumprimento de obrigações contratadas com contrapartes;
- v) Melhoria contínua das avaliações da Mills por parte de investidores, credores, e agências de rating, devido às nossas práticas financeiras conservadoras e gestão de risco;
- vi) Eficiência e eficácia na proteção de exposição ao risco, através de contratação de instrumentos financeiros ou da observação da existência de proteções (“**hedges**”) naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados; e
- vii) Avaliação da efetividade e apresentação ao Conselho de Administração anualmente.

A Companhia tem como prática monitorar constantemente as mudanças de cenário macroeconômico e setorial, que possam influenciar suas atividades, por meio de acompanhamento dos principais indicadores de desempenho e sua matriz de risco. A Companhia analisa os riscos aos quais está exposta e que podem afetar seus negócios, situação financeira e os resultados de suas operações.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

(i) riscos para os quais se busca proteção

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A Política de Gestão de Riscos tem o objetivo de estabelecer diretrizes e responsabilidades relacionadas ao processo de gestão de riscos, através da identificação, análise, priorização, tratamento e monitoramento dos riscos empresariais que possam vir a afetar os negócios da Companhia. Adicionalmente, a referida política visa fornecer informações para apoiar o processo decisório dos negócios, baseado nos riscos empresariais, com o objetivo apoiar o plano estratégico na geração de valor e no crescimento sustentável da Companhia.

As práticas de gerenciamento de riscos adotadas pela Companhia buscam proteção para os principais riscos que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos traçados pela alta administração, a reputação da Companhia, bem como os resultados financeiros e operacionais. Estes riscos encontram-se descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

O gerenciamento dos riscos busca garantir que a Companhia possua estruturas, processos, mecanismos e controles internos capazes de conhecê-los, avaliá-los e controlá-los, de forma a mantê-los dentro de níveis compatíveis com os limites fixados pela administração – Apetite a Riscos. Além disso, o gerenciamento de riscos auxilia a tomada de decisão pelos administradores.

Realizamos anualmente dois ciclos de avaliação divididos em:

- (i) identificar e atualizar os riscos e respectivos fatores de riscos, bem como os controles capazes de mitigar ou evitar os riscos e respectivos planos de ação; e
- (ii) realizar os testes de efetividade dos controles reportados no ciclo (i), reportar e recomendar melhorias e atualizar a matriz de riscos conforme resultados dos testes de efetividade, como segue:



(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma área de gerenciamento de riscos que inclui as atividades de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance, com reporte direto ao Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos. Esta área conta com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração. Além disso, a Auditoria Interna possui atribuições aprovadas pelo

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Conselho de Administração; estrutura e orçamento considerados suficientes ao desempenho de suas funções, conforme avaliação realizada pelo Conselho de Administração ou Comitê de Auditoria ao menos uma vez por ano; e é responsável por aferir a qualidade e efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

(a) Conselho de Administração

De acordo com a Política de Gestão de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2020 e revisada em 29 de outubro de 2023, o Conselho de Administração deve monitorar periodicamente (ao menos uma vez ao ano), e com apoio do Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos e do Head de Auditoria, Riscos e *Compliance*, os riscos prioritários aos quais Companhia está exposta, acompanhando a evolução dos riscos de maior probabilidade e impacto e seus respectivos planos de ação.

Adicionalmente, o Conselho de Administração deve estabelecer parâmetros de apetite aos riscos, definindo quais os riscos que a Companhia entende como aceitável e considerando quais níveis máximos de exposição.

(b) Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos

O Conselho de Administração designou ao Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos a função de monitorar a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e o cumprimento da Política de Gestão de Riscos. Atualmente, o Comitê é composto por seis membros eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um independente.

Todos os membros do Comitê são conselheiros, sendo um independente e com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e da Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021.

No âmbito da avaliação de Riscos, as principais atribuições do Comitê, nos termos do seu Regimento Interno, são:

- (i) gerenciar e acompanhar os trabalhos da área de auditoria interna, gestão de riscos e *compliance*;
- (ii) acompanhar as atividades do Comitê de Ética e Integridade, quanto ao tratamento dado às denúncias de fraudes e/ou irregularidades recebidas pelo Canal de Denúncias, garantindo a proteção, o anonimato e a não retaliação dos denunciantes;
- (iii) acompanhar e avaliar a eficiência do Programa de Integridade;
- (iv) avaliar e monitorar a efetividade e suficiência da estrutura da área de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e *Compliance*, e da auditoria independente, apresentando recomendações de aprimoramento de políticas, procedimentos e do ambiente geral de controles internos, mapeamento e gestão de riscos, planos de ação, respostas aos riscos, dentre outros;
- (v) avaliar e monitorar a efetividade do ambiente de controles internos, incluindo os aspectos de segurança da informação, das transações com partes relacionadas e do atendimento a Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD"); e
- (vi) verificar os patamares de ética e de manutenção e/ou construção da identidade da organização, que deve refletir seus princípios e valores.

De acordo com a Política de Gestão de Riscos da Companhia, o Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos tem as seguintes responsabilidades:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Aprovar a metodologia a ser utilizada para condução do processo de gestão de riscos da Companhia;
- Acompanhar de forma sistemática a gestão de riscos com o objetivo de apoiar o cumprimento de seus objetivos;
- Apoiar o Conselho de Administração em relação a comunicação sobre os riscos de maior relevância;
- Acompanhar e avaliar periodicamente (ao menos uma vez ao ano) os riscos da Companhia;
- Analisar e opinar sobre as diretrizes e políticas de gestão de risco empresariais, principalmente na estimativa de impacto financeiro, reputacional e de *compliance*;
- Avaliar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados à gestão de riscos; e
- Apoiar a Área de Auditoria, Riscos e *Compliance* na implementação do processo de gestão de riscos.

(c) CEO e Diretores

De acordo com a Política de Gestão de Riscos da Companhia, o CEO e os Diretores possuem as seguintes responsabilidades:

- Acompanhar os riscos priorizados;
- Avaliar os relatórios e resultados e prover os direcionamentos apropriados no processo de gestão de riscos;
- Patrocinar a implantação da gestão de riscos em suas respectivas áreas;
- Gerenciar os riscos inerentes às suas atividades (identificar, avaliar, reportar, monitorar e tratar);
- Definir e acompanhar os planos de ação/mitigação para redução da exposição ao risco, assim como definir o responsável e data da implantação do plano; e
- Informar à Área de Auditoria, Riscos e *Compliance* sobre a identificação de novos riscos ou eventos que sejam relevantes e suas respectivas evoluções.

(d) Head de Auditoria, Riscos e *Compliance*

De acordo com a Política de Gestão de Riscos da Companhia, o Head de Auditoria, Risco e *Compliance* tem as seguintes responsabilidades:

- Coordenar as atividades de gestão de riscos, apoiando todos os envolvidos na implementação das atividades descritas nesta política;
- Buscar constantemente que a Companhia utilize boas práticas de mercado, a exemplo do que estabelece o COSO, norma ISO 31000 sobre os Princípios e Diretrizes da Gestão de Riscos e/ou outros frameworks de referência para esta atividade;
- Monitorar os riscos empresariais e os respectivos planos de mitigação;
- Apoiar o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos, mantendo-os atualizados sobre os principais riscos empresariais, através de reuniões formais e periódicas e ou esporádicas sempre que necessário;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Apoiar o processo de identificação, monitoramento dos riscos e seus respectivos planos de mitigação;
- Realizar a consolidação dos riscos; e
- Disseminar a cultura de gerenciamento de riscos e controles internos na Companhia.

(e) Risk Owner

De acordo com a Política de Gestão de Riscos da Companhia, os Risk Owners são responsáveis pela identificação, elaboração de planos de mitigação e tratamento dos riscos.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Com a criação da Área de Auditoria Interna, Riscos e *Compliance* em 2020, foram realizados trabalhos de Auditoria Interna, através da utilização de um modelo de co-sourcing aprovado pelo Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças. Em 2021, 2022 e 2023, o plano de atividades, aprovado pelo Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças, foi elaborado com base na cadeia de valor (foco no negócio), na matriz de riscos e na percepção dos administradores da Companhia. A Matriz de Riscos é atualizada semestralmente, considerando os ciclos de avaliação reportados anteriormente e em conformidade com a Política de Gestão de Riscos. Anualmente, as métricas de impacto e probabilidade são reavaliadas e aprovadas pelo CAFIR. Em 2021, foi criada uma Comissão de Riscos de Filiais, que tem como objetivo discutir e disseminar as oportunidades de melhorias identificadas nas auditorias realizadas nas Filiais da Companhia. A partir de 2022,, a participação de novos executivos na Comissão de Riscos de Filiais foi ampliada, trazendo uma visão integrada de processos, controles e riscos. Adicionalmente, iniciou-se a avaliação periódica dos controles internos da Companhia, oriundos das fichas de riscos dos principais processos avaliados na Matriz de Riscos.

A Companhia possui um Comitê de Ética e Integridade, que é órgão de assessoramento vinculado ao Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos, e tem como principais responsabilidades zelar pela observância e pelo cumprimento dos princípios éticos definidos pela legislação aplicável, bem como pelas normas internas da Companhia e por seu Código de Conduta, além de deliberar sobre as ocorrências mais relevantes que envolvam condutas antiéticas, em descordo com o Código de Conduta, praticadas pelos colaboradores da Companhia. Adicionalmente, cabe ao Comitê de Ética julgar os casos de violação de maior gravidade do Código de Conduta e deliberar sobre as sanções disciplinares cabíveis, conforme Política de Consequências. O Comitê de Ética é composto pelo, CEO, Diretores Executivos, Head Jurídico e Head de Auditoria, Riscos e *Compliance*. Periodicamente, o Comitê de Ética presta contas ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos sobre os principais assuntos relacionados a Ética na Companhia.

A Companhia tem se estruturado e avançado em algumas frentes para criar mecanismos de controle preventivos e de monitoramento para identificação de possíveis desvios de conduta que possam impactar a Companhia. Entre estas melhorias, destaca-se a substituição, a partir de maio de 2020, da consultoria responsável pela gestão do canal de denúncias, proporcionando melhores controles no processo e maior transparência, conforme boas práticas de governança corporativa. Em 2021, foi implementada a ferramenta para avaliação de riscos de terceiros no processo de homologação de fornecedores. Nesse processo, inclui-se o envio do Manual de Relacionamento com Terceiros, que traz os principais aspectos do Código de Conduta Mills, a Política Anticorrupção e Antissuborno, publicada em 2022 e que trata também dos aspectos de

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

fraude e lavagem de dinheiro, além do envio de questionário com questões de *Compliance*, LGPD, ESG, dentre outras.

Desde 2020 existe um amplo programa de divulgação do Código de Conduta para todos os colaboradores e para o público externo com o qual a Companhia se relaciona. O Código de Conduta traz temas que a Companhia considera importantes tais como: Propósito e Valores da Companhia, Gestão da Informação, Lei Anticorrupção, Respeito as Políticas, Normas e Procedimentos Corporativos, LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados, entre outros. Desde 2021, todos os novos colaboradores são treinados e recebem o certificado do treinamento do Código de Conduta.

Em dezembro de 2022, foi lançado o treinamento sobre a Política Anticorrupção e Antissuborno, obrigatório a todos os colaboradores da Companhia.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, os pareceres dos auditores independentes não identificaram qualquer deficiência relevante nos referidos controles.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 - Descrição controles internos

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia julga que os seus controles internos e políticas comerciais, operacionais, financeiras, contábeis e fiscais e de recursos humanos, sejam adequados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

As demonstrações financeiras são elaboradas pela área de Controladoria, pertencente à Diretoria Financeira e Relações com Investidores. As informações são revisadas pelo gestor da área, gerência de Planejamento Financeiro e pela Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, Presidente, Comitê de Auditoria, Finanças e Risco, Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal, além de serem submetidas ao processo de auditoria independente.

Assim, a Companhia acredita que divulga ao mercado informações confiáveis, consistentes e tempestivas.

Todas as estruturas organizacionais da Companhia estão envolvidas nas práticas dos controles internos, sejam as Unidades de Negócio sejam as áreas de apoio ao negócio.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles internos é supervisionada pela Administração e revisada pelo menos uma vez por ano pela Diretoria e Conselho de Administração, por ocasião da emissão da Comunicação de Deficiências de Controles Internos por parte dos Auditores Independentes. Adicionalmente, a área de Auditoria Interna, Riscos e *Compliance* definiu, juntamente com o CAFIR, um plano de atividades para 2023 e 2024 que prevê a realização de testes dos principais controles internos, atualização do Mapa de Riscos e a realização de auditorias internas.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

De acordo com o relatório de deficiências de controles internos, preparado e emitido pelos Auditores Independentes da Companhia, relativo ao exercício social findado em 31 de dezembro de 2023, foram identificadas determinadas deficiências no ciclo de receita, fechamento contábil, registros fora do regime de competência e pontos de melhoria na área de Tecnologia da Informação, que não geraram a necessidade de nenhum tipo de ajuste adicional nas Demonstrações Financeiras.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração avaliou as recomendações dos auditores independentes e adotou, quando necessário, planos de ação para endereçá-las. No entendimento da Administração da Companhia, tais planos são suficientes para atender as recomendações dos auditores independentes.

5.3 Programa de integridade

5.3 - Programa de integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia

A partir de 2020, a Companhia estruturou uma área de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e *Compliance*. Houve a contratação de um executivo para gerenciar essas atividades, com reporte direto e independente ao Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos ("CAFIR").

Ao longo de 2020, foi implementado o Programa de Integridade aplicável a todos os colaboradores da Mills e pessoas com quem a empresa se relaciona, sejam clientes, fornecedores e demais parceiros de negócios. O Programa de Integridade tem como objetivo consolidar as iniciativas da Companhia para a promoção da integridade, da ética e da mitigação de riscos tendo sido estruturado em nove pilares, separados em três principais categorias: Prevenir, Detectar e Responder.

Como principais atividades, houve a atualização do Código de Conduta, elaboração de Políticas Internas, criação do Comitê de Ética e Integridade e troca do fornecedor responsável pelo Canal de Denúncias. Adicionalmente, foi elaborado um plano de comunicação e treinamentos relacionados ao Programa de Integridade para todos os colaboradores. Em 2021, 2022 e 2023, houve a atualização do mapa de riscos e a revisão das métricas de impacto e probabilidade. A partir de 2021, com a implementação da ferramenta de avaliação de riscos de terceiros, principalmente no processo de homologação, iniciou a avaliação periódica dos fornecedores de alto risco para a Companhia...

Com base na Lei 12.846 de 2 de agosto de 2013 ("Lei Anticorrupção"), uma empresa poderá responder por atos nocivos contra a Administração Pública, como por exemplo: suborno com pagamento de "propina" por parte da empresa a um funcionário público, mesmo se não houver envolvimento direto por parte dos representantes ou acionistas.

A referida legislação, se aplica a sociedades empresariais e sociedades simples, fundações, associações, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro e pessoas físicas como dirigentes, administradores ou qualquer pessoa autora, coautora ou participe do ato ilícito, apresentando sanções, tanto na esfera cível, como administrativa, tais como a perda de bens e a aplicação de multas de até 20% (vinte por cento) do faturamento da empresa.

A Companhia está comprometida com o cumprimento de todo o conteúdo da Lei Anticorrupção e de todas as leis e regulamentações aplicáveis e em vigor relacionadas ao combate de práticas de suborno e corrupção. A Companhia estabelece a exigência de que todos os seus administradores, colaboradores e prestadores de serviço, conduzam todas as suas atividades, com integridade e nos mais elevados padrões éticos. Em 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração a Política Anticorrupção e Antissuborno e revisada em 10 de agosto de 2023, que trata dos aspectos de fraude e lavagem de dinheiro. Em 2022 e 2023 foram aplicados treinamentos sobre essa Política a todos os colaboradores, através da plataforma de treinamentos Escola Mills.

Todo colaborador é responsável por reportar imediatamente aos canais de denúncia disponibilizados pela Mills, toda e qualquer conduta que viole ou possa violar as normas da Lei

5.3 Programa de integridade

Anticorrupção e do Código de Conduta e/ou que se configure como um ato de corrupção, seja consumado, tentativa ou na mera estruturação do crime.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

A área de Auditoria, Riscos e Compliance, estruturada em 2020, reporta diretamente e de forma independente ao Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos, e possui colaboradores dedicados à gestão do Programa de Integridade Mills.

(iii) código de ética ou de conduta

O Código de Conduta teve sua aprovação em 10 de setembro de 2020, revisado e aprovado pelo Conselho de Administração em janeiro de 2023 e serve como guia aos administradores, todos os colaboradores, prestadores de serviços e demais pessoas e organizações com as quais a Companhia se relaciona, buscando, por meio de um conjunto de valores, refletir elevados padrões éticos e morais, assegurar credibilidade e preservar a imagem da Companhia. Com o objetivo de seguir as boas práticas de mercado de revisão periódica, e com o lançamento recente do novo posicionamento da marca Mills, a revisão do Código de Conduta incluiu novos assuntos, tais como a LGPD.

Todos os colaboradores são treinados imediatamente após serem contratados. A área de Auditoria, Riscos e Compliance possui um cronograma anual de comunicação à todos os colaboradores sobre os assuntos de Compliance, que trata mensalmente de cada um dos nove pilares do Programa de Integridade.

A Companhia possui um Comitê de Ética e Integridade, que é o órgão de assessoramento vinculado ao Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos, e tem como principais responsabilidades, zelar pela observância e pelo cumprimento dos princípios éticos definidos pela legislação aplicável, bem como pelas normas internas da Companhia e por seu Código de Conduta, além de deliberar sobre as ocorrências mais relevantes que envolvam condutas antiéticas, em desacordo com o Código de Conduta, praticadas pelos colaboradores da Companhia. Adicionalmente, cabe ao Comitê julgar os casos de violação de maior gravidade do Código de Conduta da Mills e deliberar sobre as sanções disciplinares cabíveis, conforme Política de Consequências. O Comitê de Ética e Integridade é composto pelo CEO, Diretores Executivos, Head Jurídico e Head de Auditoria, Riscos e Compliance. Periodicamente, o Comitê de Ética e Integridade presta contas ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos sobre os principais assuntos relacionados a Ética na Companhia. Em 2023 a área de Auditoria, Riscos e Compliance reportou ao Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos o Relatório Anual de Monitoramento do Programa de Integridade com indicadores quantitativos e qualitativos para a avaliação da efetividade e eficiência do Programa de Integridade.

O Código de Conduta da Mills foi atualizado e aprovado pelo Conselho de Administração em 9 de janeiro de 2023. Está disponível no site de Relações com Investidores da Mills (<https://ri.mills.com.br/listgroup.aspx?idCanal=Tf8hM/NdpyRPvgl/XDIQ4w==>)

(b) canal de denúncia

(i) canal de denúncias interno ou a cargo de terceiros.

O Canal de Denúncia da Mills é terceirizado junto à empresa especializada chamada Aliant.

(ii) canal aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou somente de empregados

5.3 Programa de integridade

O Canal de Denúncia é aberto à todos os colaboradores e terceiros por meio do endereço: www.canaldedenuncia.com.br/mills/ ou através do telefone 0800-882-0616.

(iii) mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

A Companhia disponibiliza um canal para receber denúncias por meio do qual qualquer desvio de conduta em relação ao Código de Conduta, Políticas Internas e Leis vigentes no país podendo ser relatados com garantia de sigilo total de identidade. A Companhia também reforça que nenhum tipo de retaliação aos denunciante será tolerado, sob qualquer hipótese.

(iv) órgão responsável pela apuração de denúncias

A área de Auditoria, Riscos e Compliance é a responsável por analisar as denúncias recebidas e por convocar o Comitê de Ética e Integridade para a apreciação e deliberação sobre as denúncias confirmadas.

Cabe ainda ao gestor da área de Auditoria, Riscos e Compliance reportar periodicamente ao Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos e ao Conselho de Administração as principais atividades do Comitê de Ética e Integridade e informações pertinentes sobre o Canal de Denúncia.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

A Política Anticorrupção e Antissuborno determina que todas as vezes que a Companhia buscar novos negócios através de fusão, incorporação, aquisição de qualquer organização ou ativo, deve ser realizado, previamente à conclusão da operação, além da avaliação econômica, uma *due diligence*, com o objetivo de identificar o histórico de envolvimento com corrupção ou outras condutas ilegais ou antiéticas envolvendo a empresa a ser adquirida. A Companhia efetua a contratação de serviços especializados (consultorias, auditorias e avaliações jurídicas) para os processos de *due diligence* de todos os aspectos necessários para a avaliação dos riscos de integridade nas operações.

(d) caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

A Política Anticorrupção e Antissuborno, publicada em 2022 e revisada em 10 agosto de 2023, que trata também dos aspectos de fraude e lavagem de dinheiro. Adicionalmente, a área de Auditoria, Riscos e Compliance revisa semestralmente o Mapa de Riscos, realiza periodicamente os testes de efetividade dos principais controles internos e recomenda melhorias contínuas nos processos e controles para evitar perdas e mitigar os riscos.

5.4 Alterações significativas

5.4 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais estamos expostos ou na política de gerenciamento de riscos.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 - Outras informações relevantes

A Companhia não identificou outras informações relevantes relacionadas ao item 5.